NOTA INFORMATIVA Nº 2.727, DE 2009

Em atenção à STC nº 2008-05763, do Núcleo de Apoio ao Processo Legislativo, que solicita nota informativa/relatório sobre audiência pública realizada no dia 02 de julho de 2009, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre a greve de servidores do INSS.

A audiência pública em questão foi realizada no último dia 2 próximo passado, na 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), conjuntamente com a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social (CASEMP), das 9:30 horas às 12:30 horas.

A Audiência foi aberta pela Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da CAS, que convidou para compor a Mesa o Senhor Moacir Lopes, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) e o Senhor Silberto Silva, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP).

Na abertura, a Senadora Rosalba Ciarlini falou sobre a importância social do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sobre a necessidade de se encontrar uma solução negociada para a greve e deu

conhecimento de que recebera correspondências do Senhor Ministro da Previdência, Deputado José Pimentel, e do Presidente do INSS informando sobre a impossibilidade de estarem presentes na Audiência em razão de compromissos previamente assumidos e sugerindo uma nova data para realização da Audiência.

A seguir a Senadora Rosalba Ciarlini informou que teria que se retirar em razão de outros compromissos parlamentares e passou a Presidência da Audiência para o Senador Paulo Paim, Presidente da CASEMP.

O Senador Paulo Paim falou sobre a importância da realização da Audiência, reiterou que ela se destinava a ouvir as partes e proporcionar a viabilidade de canais de negociação entre os grevistas e as autoridades governamentais da área da Previdência.

A seguir, o Senador Paulo Paim passou a palavra para o Senhor Moacir Lopes, Presidente da FENASPS, que relatou a situação da greve, basicamente motivada pela alteração do horário de trabalho dos servidores do INSS, que era de seis horas corridas e que foi alterada pela administração para oito horas intercaladas.

Disse, também, que grevistas de dez Estados da Federação estavam presentes na Audiência, o que demonstrava a representatividade do movimento grevista. Lembrou que os postos do INSS fazem uma média de mil atendimentos por dia.

Usaram da palavra, a seguir, o Senador Antonio Carlos Valadares, que prestou seu apoio ao movimento dos servidores do INSS e o Senhor Silberto Silva, Vice-Presidente da COBAP, que prestou o apoio da sua entidade aos grevistas e lembrou a reivindicação dos aposentados no sentido de obter reajuste dos seus proventos.

Falou, ainda, o Dr. Raimundo Parente, perito médico do INSS no Distrito Federal, que registrou melhora no atendimento aos segurados nos últimos três anos, mas ressalvou que a situação do serviço permanece inadequada. Prestou também apoio aos grevistas.

Outrossim, o Senador José Nery igualmente prestou apoio ao movimento dos previdenciários e relatou que havia telefonado para o Ministro José Pimentel com o objetivo de obter um canal de negociação.

Também usou da palavra o Procurador da República, Peterson de Paula Pereira, que relatou as intermediações que o Ministério Público estava realizando a respeito das reivindicações dos grevistas, e consignou que não é pacífico o entendimento de que a Lei nº 8.112, de 1990, determina que todos os servidores públicos devem ter jornada de trabalho diária de oito horas.

A seguir, o Senador Paulo Paim encerrou a Audiência reiterando o seu compromisso pessoal e o de diversos Senadores no sentido de intermediar as negociações entre os grevistas e o Ministério da Previdência Social, de modo a se obter uma solução negociada que propiciasse o fim da greve, desde que tal solução fosse aprovada pelos trabalhadores.

Esse o nosso Relatório sobre a audiência pública de que se trata.

Por fim, devemos registrar que permanecemos à disposição do Núcleo de Apoio ao Processo Legislativo.

Consultoria Legislativa, 15 de julho de 2009.

Fernando Trindade
Consultor Legislativo